

# A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira

CLAUDIA WASSERMAN

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Este artigo, cujo objetivo é analisar a historiografia brasileira a respeito da Revolução Cubana, é resultado de uma pesquisa realizada sobre a produção de livros e artigos dos intelectuais brasileiros que trataram desse tema. Jornalistas, historiadores, sociólogos, educadores, psicólogos, líderes religiosos ou comunitários escreveram sobre a Revolução Cubana, sobre as relações de Cuba com o Brasil e a América Latina, sobre a influência exercida pelo processo na luta política brasileira e internacional, sobre os líderes revolucionários, como Fidel Castro e Che Guevara, entre outros temas abordados ao longo desses anos, desde a eclosão da Revolução Cubana até hoje. O presente artigo trata especificamente desses intelectuais, com o objetivo de conhecer quais foram as polêmicas e debates suscitados pelo processo cubano.

O impacto da Revolução Cubana nos países latino-americanos evidenciou-se em todos os aspectos dessas sociedades. Todos os espectros políticos foram atingidos pela Revolução, desde a extrema direita, até setores esquerdistas mais radicais; a economia latino-americana foi afetada; as relações externas passaram a enfrentar grandes desafios; houve alteração na vida cotidiana, com a introdução de novos vocábulos, adotados pela população sem muita crítica, como, por exemplo, a expressão “cubanizar”, ou a introdução de uma nova bebida no cardápio da juventude boêmia, a “Cuba Libre”, mistura de rum com coca-cola. Tanto os autores que trataram do tema da Revolução Cubana como nos depoimentos pessoais sobre a época, existe um consenso em afirmar o alcance impressionante de seu impacto. Esse impacto foi muito maior do que aquele causado pela Revolução Russa na Europa.

---

cwasserman@via-rs.net

Segundo Emir Sader (1991), isso se deve à existência de “*condições sociais mais homogêneas*” na América Latina dos anos 1960 do que na Europa dos anos 1910/20. A América Latina vivia uma época de crise, revelada pelos problemas comuns de seu desenvolvimento: questão agrária, dependência externa, deterioração das condições das políticas públicas e extensão dos regimes ditatoriais.

No entanto, o impacto causado pela Revolução Cubana em todos os aspectos da sociedade brasileira e latino-americana foi desproporcional às tentativas de explicá-la. A Revolução Cubana foi fartamente noticiada e discutida, criticada pela imprensa nacional, amplamente debatida pelo movimento estudantil; citada, aplaudida e copiada pelos militantes dos movimentos de esquerda e rechaçada pela direita. O processo não teve o mesmo impacto nos meios acadêmicos e científicos brasileiros, ao menos em termos de pesquisa e produção de conhecimentos mais elaborados do que àqueles advindos dos debates políticos e conjunturais.

Sendo a história um saber que concerne a meios mais amplos do que os restritos aos historiadores – milhões de estudantes dotados de manuais da matéria, a televisão e os jornais que discutem o passado com ares de propriedade, os políticos que falam da história para justificar, corroborar, desqualificar ou excluir, igrejas que recriam suas próprias versões, até turistas que visitam castelos e museus; todos se interessam pela história e, muitas vezes, constroem suas próprias versões da matéria – alguns temas específicos se tornam objeto de discussão muito mais amplamente pela opinião pública do que pelos cientistas sociais. Esse é justamente o caso da Revolução Cubana no Brasil.

Os debates sobre o caráter do processo cubano, sobre os seus personagens e sobre o percurso do processo foram protagonizados por jornalistas, cientistas sociais, historiadores, educadores, psicólogos, militares e teólogos e gente proveniente dos mais diversos ramos profissionais. Por isso, a análise do percurso historiográfico da Revolução Cubana no Brasil não pode ficar restrita à produção dos historiadores de ofício, porque foram produzidos muitos textos jornalísticos, de caráter meramente informativo que acabaram consagrando-se como referências clássicas do tema. Como exemplo, podem ser citados os trabalhos de Fernando Moraes (1976) e Loyola Brandão (1978).

A historiografia sobre a Revolução Cubana no Brasil está dividida entre reportagens jornalísticas, ensaios de humanistas (artistas, professores, profissionais liberais e teólogos) e trabalhos de ciências sociais (história, sociologia, política e economia). Provavelmente, a pequena quantidade de trabalhos científicos e acadêmicos sobre a Revolução Cubana no Brasil possa ser explicada pelo início da ditadura brasileira e uma conseqüente censura de jornalistas, professores e pesquisadores.

Antes da ditadura, ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, os intelectuais brasileiros, motivados pelas disputas ideológicas do pós Segunda Guerra Mundial, promoviam intensos debates sobre as possibilidades de transformação das sociedades latino-americanas, sobre o seu potencial de desenvolvimento econômico e as possibilidades de diminuir o atraso, a dependência, as desigualdades sociais e as possibilidades de se fazer a “revolução”. Particularmente, as Faculdades de Ciências Sociais, História e Filosofia das Universidades latino-americanas, consolidadas nesse período, foram palco dessas discussões. Outro âmbito da sociedade que se desenvolvia de modo intenso era o da cultura nacional. Segundo Roberto Schwartz, “naquele tempo o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente” (SCHWARTZ In Holanda, 1995, p. 3). O mundo despertava do sono pesado da Guerra Fria para uma nova aventura da inteligência e fazia uma revisão crítica dos valores culturais. No Brasil, paralelamente à euforia engajada do período João Goulart, surgia um pensamento mais independente, mais dinâmico e criativo, voltado para a modernidade, ainda dentro do espírito desenvolvimentista do período Juscelino Kubitchek.

Os ídolos da juventude dos anos 1960 eram simultaneamente Miguel Arraes e Simone de Beauvoir, Francisco Julião e Erich Fromm, Leonel Brizola e Jean-Paul Sartre. Todo mundo andava em grupos, na praia, nos bares e nos comícios; discutia-se abertamente o “amor livre”. Lia-se muito; os temas prioritários eram o antiimperialismo, o anticapitalismo, a denúncia do subdesenvolvimento e a defesa da justiça social e do nacionalismo. Segundo Daniel Aarão esse foi um período de intenso protagonismo popular: *“Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto ‘Reformas de Base’. Nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, reivindicando, exigindo, radicalizando-se”*. (AARÃO REIS, 2004, p. 24).

Essa efervescência cultural, juntamente com a mobilização proletária e camponesa, bem como os projetos nacionalistas representados por governantes populistas, foram considerados perigosos para a segurança nacional. Mais do que isso, esses projetos eram vistos como uma verdadeira ameaça à segurança do ocidente. O clima bi-polar imposto pela luta entre capitalismo e comunismo, determinara a constituição de um construto ideológico, colocado a serviço dos Estados Unidos e de seus aliados, destinado a fornecer fundamento científico à idéia de que a defesa hemisférica justificava uma guerra total contra o comunismo. A Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada nessa direção e os golpes que implantaram as ditaduras militares dos anos 1970 visavam prevenir contra o comunismo, contra a possibilidade de que ocorressem “*Novas Cubas*”. Com isso, a inteligência dos países latino-americanos foi censurada ou se auto-impôs o silêncio acerca de temas vistos como perigosos pelos órgãos de repressão.

A Revolução Cubana não se constituía, portanto, em objeto de estudo dos cursos secundários e tampouco fazia parte do currículo nos cursos universitários de história ou sociologia. Provavelmente Florestan Fernandes tenha sido o pioneiro; desenvolveu um curso sobre Cuba e a Revolução, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, no primeiro semestre de 1979. Repetiu o curso no segundo semestre para os alunos do noturno e depois o ofereceu na Universidade de São Paulo (USP), na forma de curso livre. Das anotações realizadas pelos alunos e dos seus roteiros de aula surgiu um dos mais notáveis livros produzidos por cientista social brasileiro sobre o episódio ocorrido na ilha, *“Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana”* (1979). O depoimento de Florestan Fernandes no início de seu livro revela, de certo modo, a causa de uma produção acadêmica tão pequena. Ele confessou que relutou em aceitar a publicação dos roteiros do curso: *“... pois penso que Cuba e a revolução cubana estão muito acima de um trabalho modesto e relativamente improvisado”* (FERNANDES, 1979, p. 1). Revelava o impacto sofrido pela sua geração e, particularmente pelos intelectuais brasileiros: *“Quando se deu a Revolução, ela causou grande impacto político nos países latino-americanos. Como outros intelectuais brasileiros, compartilhei as esperanças que ela configurava”* (FERNANDES, 1979, p. 4)

A maior parte dos escritos brasileiros sobre a Revolução Cubana está localizada no final da década de 1970, sendo que o primeiro texto foi, provavelmente, o de Almir Matos, de 1961. Depois, o livro de Fernando Moraes, de 1976. Em 1978, surgiram os trabalhos de Loyola Brandão, Jorge Escosteguy e, em 1979, o de Florestan Fernandes, seguido pelo livro de Blanco e Dória da coleção *“Tudo é História”*, da Editora Brasiliense, e o livro de Emir Sader, em 1985.

É muito provável que a concentração de publicações nos anos de 1978 e 1979 estivesse relacionada com dois fatores: a distensão da ditadura brasileira e a própria dinâmica do processo revolucionário, que, a essas alturas, consolidara uma posição geopolítica no continente.

Também é importante observar que Fernando Moraes, que publicou em 1976, foi o segundo jornalista brasileiro a entrar em Cuba em missão profissional (ele não foi como correspondente de um órgão de imprensa, mas para fazer uma reportagem independente e, nessas condições, ele foi pioneiro). O primeiro jornalista em missão de trabalho foi Milton Coelho, para a Revista Realidade, em 1968.

Entre os escassos trabalhos de caráter acadêmico destacam-se os já citados estudos de Emir Sader, Florestan Fernandes e Blanco e Dória, mas também existem estudos que se preocupam mais com as relações entre a Revolução Cubana e o processo político brasileiro. Entre eles, o livro de Tania Quintaneiro, de 1988, fruto da dissertação de mestrado da autora; o artigo de Emir Sader, no livro coordenado por Daniel Aarão Reis Filho, *História do Marxismo no Brasil:*

*o impacto das revoluções*, de 1991, e o mais recente de todos, o estudo de Denise Rollemberg sobre o apoio de Cuba à guerrilha brasileira, de 2001.

A bibliografia sobre a Revolução Cubana produzida no Brasil, dividida entre reportagens e obras de conteúdo histórico ou político é predominantemente descritiva e laudatória. Os estudos jornalísticos revelam uma certa perplexidade dos observadores estrangeiros, além de revelarem também muita curiosidade e desconhecimento sobre o sistema implantado na ilha. Ao mesmo tempo, observa-se uma quantidade impressionante de axiomas construídos em relação à Revolução Cubana. Enquanto as agências internacionais e os grandes órgãos da imprensa brasileira estavam integrados à estratégia de desmoralização do regime cubano, Emir Sader observa que “*a difusão da imagem de Cuba e de suas teses se fazia por diversos canais, alternativos às grandes agências internacionais de informação...*” (SADER, 1991, p. 172). Ao Brasil chegavam notícias de jornalistas, turistas, combatentes de movimentos sociais, intelectuais que compareciam a congressos e outros. Além disso, a tradução de algumas obras foi fundamental na difusão da imagem de Cuba e seu processo, como por exemplo, o “*Revolução na Revolução*” de Régis Debray e “*Furacão sobre Cuba*” de Jean Paul Sartre.

O sistema educacional cubano e o sistema de saúde no país exerceram especial fascínio sobre a esquerda latino-americana e a brasileira, em particular. Sobre a experiência de alfabetização implantada na ilha, desde os primeiros anos de revolução, foram lançados vários livros, publicados muitos artigos em revistas especializadas e também foram feitas reportagens que contribuíram para a construção da imagem do processo revolucionário na opinião pública brasileira.

Simultaneamente, os brasileiros lidavam com a ambivalência entre as posições do poder executivo e da diplomacia brasileira, em relação à ilha de Cuba: quando o presidente brasileiro Jânio Quadros condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, o país foi sacudido por viva indignação contra o presidente pela sua ousadia; na mesma época, os passaportes brasileiros advertiam que o documento não era válido para entrar em Cuba.

O Brasil estava imerso em contradições. Influenciado pelo clima de bipolarização ideológica, envolto numa grande efervescência cultural e na mudança nas relações interpessoais (relacionadas aos reclames pela igualdade feminina, o advento da pílula anticoncepcional e a revolução sexual dos anos 1960), observava-se ao mesmo tempo, algumas tendências retrógradas, como a proibição do uso da roupa de praia de duas peças. Essas contradições vividas pela sociedade brasileira refletiram-se na produção bibliográfica a respeito deste episódio internacional que causara tanto impacto. Observa-se, por isso, uma ambivalência presente na bibliografia em relação ao processo, interpretado ora como modelo a ser seguido, ora como uma ameaça à segurança nacional.

No prefácio de “*A Ilha*”, de Fernando Moraes, Antônio Callado, observava o “*tom polêmico*” de quase toda a bibliografia publicada sobre Cuba: “*Todas as orações, no que se escreve sobre Cuba, têm cláusulas restritivas, a favor ou contra*” (CALADO in Moraes, 1985, p. XX). Essas contradições expressavam-se em vários aspectos da bibliografia sobre Cuba: a incorporação dos aspectos ideológicos do pós-guerra; a transposição dos problemas cubanos para o Brasil e uma atraente, mas nem sempre eficaz comparação entre as duas realidades; a repulsa ao socialismo soviético e a tentativa de encontrar semelhanças com Cuba ou diferenças bem marcantes; a mitificação das principais figuras revolucionárias, como Che Guevara e Fidel Castro, bem como uma forte ambivalência em relação a eles; dificuldades de pesquisa na ilha e de obter informações confiáveis; dúvidas, indagações, críticas veladas; e outros temas, cuja característica principal e comum a todos eles, era a da simultânea atração e repulsa, admiração e desprezo.

Outro dado importante do percurso bibliográfico sobre a Revolução Cubana no Brasil é a concepção de história revelada pelos autores brasileiros na descrição e interpretação do processo cubano. Os relatos históricos, entre eles destacam-se os textos jornalísticos de Almir Matos e de Loyola Brandão, e o texto didático de Emir Sader, “*A Revolução Cubana*”, de 1985, tiveram uma preocupação descritiva e evolutiva. Descreveram os acontecimentos numa linha unívoca, desde a independência até o final dos anos 60, sempre com o objetivo de ligar os fatos uns aos outros (José Martí, Júlio Antonio Mella, guerrilha, socialismo), como se os caminhos percorridos pelos guerrilheiros fossem praticamente inevitáveis. Abelardo Blanco e Carlos Dória, no pequeno livro da coleção “*Tudo é História*”, da Editora Brasiliense, revelam essa idéia de continuidade: “*Fidel Castro, em seu curto exílio após o ataque ao quartel de Moncada, cumpriu deliberadamente o mesmo roteiro antes feito por José Martí. Quando desembarcou do iate Gramna em 1953, proveniente do México, estava realizando um plano frustrado concebido pelo dirigente comunista Júlio Antonio Mella cerca de duas décadas antes. Sem dúvida, parcelas expressivas do povo cubano viam nos combatentes do Movimento 26 de Julho os continuadores da obra daqueles heróis e nada mais natural, portanto, que eles também se vissem assim*” (BLANCO & DÓRIA, 1982, p. 8-9). Além de destacar uma linha de continuidade nas lutas populares em Cuba, os autores também valorizavam o papel do sujeito histórico na sua escrita sobre a luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista, porque destacavam que Fidel havia cumprido “*deliberadamente*” o mesmo roteiro de Martí. Essas noções voluntaristas e do protagonismo dos sujeitos revolucionários são recorrentes na bibliografia sobre Cuba.

Outra preocupação de boa parte da historiografia foi a de ressaltar a veracidade dos fatos e das descrições contemporâneas: “*Andávamos só por onde eles queriam? Não. Colocaram diversas vezes, à nossa disposição, carros, com*

ou sem chofer, para ir aonde quiséssemos.” (BRANDÃO, 1978, p. 44). A idéia que circulava no Brasil sobre as reportagens favoráveis a Cuba, era de que os viajantes só haviam visto aquilo que os cubanos deixavam ver e de que haviam sido submetidos à lavagem cerebral e outras bobagens. No livro de Jorge Escosteguy, o prefácio adverte para a tentativa do autor de “capturar a verdade nas entrelinhas de reportagens dirigidas e relatos falseados...” (ESCOSTEGUY, 1978, p. XIII).

Mesmo correndo o risco de “comprar gato por lebre”, a opinião pública brasileira parecia ter imensa curiosidade sobre o episódio. Levando em consideração o número de exemplares vendidos de “*A ilha de Fidel Castro*” de Fernando Morais (22 edições até 1985, com a venda de 171 mil livros), é possível admitir que muitos ansiavam por saber do acontecimento para além das notícias veiculadas pelos grandes órgãos da imprensa brasileira. Fruto de uma opção pessoal do jornalista, o livro tem uma narrativa descritiva e laudatória. Apresenta os fatos do cotidiano do país, a cultura, relações com o mundo, o racionamento, um país sem favelas, a nova escola, a imprensa, a saúde, a mulher, eleições, justiça, reforma agrária, economia e a revolução onipresente.

A idéia de “*elaboração penosa*” constituía-se como uma outra característica presente na historiografia a respeito da Revolução Cubana no Brasil. Os textos ressaltavam o grandioso sacrifício necessário para fazer a Revolução e para manter o projeto idealizado pelos revolucionários. Referiam-se ao heroísmo dos revolucionários e aos sacrifícios enfrentados pelo povo cubano em função do racionamento, determinado pelo bloqueio econômico dos Estados Unidos. Um exemplo de sacrifício imposto pelo racionamento está descrito de modo gracioso no livro de Moraes, quando ele observa que, “*À custa do racionamento, quem quiser fazer um galanteio a uma cubana deve levar-lhe de presente uma dúzia de bobbies plásticos para enrolar cabelos*” ... “*O racionamento fez desaparecer os bobbies do mercado, o que criou uma situação engraçada: pode-se ver pelas ruas mulheres com os cabelos enrolados com latinhas de talco vazias ou cilindros de papel higiênico, transformados em bobbies*”. (MORAES, 1985, p. 44). Jorge Escosteguy, em “*Cuba Hoje. 20 Anos de Revolução*”, discute os problemas cubanos após duas décadas de persistência revolucionária e diz que, “*Estão presentes, igualmente, os problemas e as marcas de um passado de muito sacrifício*” (ESCOSTEGUY, 1979, p. 22).

Quarenta anos depois de iniciado o processo revolucionário, a idéia do sacrifício permanecia presente na bibliografia sobre Cuba. Trata-se do relato de Ivaldino Tasca e Ricardo Pérez no livro “*Cuba não briga com o cozinheiro: revolução 40 anos*”, de 1999. O livro reúne documentos, depoimentos e relatos sobre a situação cubana. Na contra-capá é descrito um episódio, o qual deu título ao livro e reflete a idéia de sacrifício. Convidados para o almoço numa casa cubana, os

convivas depararam-se com uma estranha combinação culinária, supostamente arroz com frango, que a dona da casa explicou: “*a coisa está difícil, mas sempre se inventa. A cor do arroz foi graças aos polivitamínicos distribuídos no posto de saúde; o sabor foi obtido através de dois cubos de caldo de galinha presenteados pelas vizinhas (seu filho os enviou dos Estados Unidos) e este sólido que parece frango são pedaços da parte mais consistente de um repolho*”. (TASCA e PÉREZ, 1999, contra-capa). Essa idéia de sacrifício ajudou a construir correlativamente uma imagem de coragem, heroísmo e de merecimento.

Outro viés interessante da historiografia sobre Cuba no Brasil diz respeito às relações internacionais, estabelecidas pelo país a partir da implantação do socialismo. Neste sentido, o tema das relações entre Cuba e os demais países socialistas, sobretudo a União Soviética, aparece como relevante. Em Fernando Moraes sobressai a idéia de uma “*outra solidariedade*”, além daquela proveniente do mundo capitalista e da possibilidade de um *melting pot* cultural, sem a intervenção das “*forças do progresso tecnológico e industrial*”. Moraes observa uma espécie de cosmopolitismo revolucionário: “*Às seis horas da tarde de uma agitada segunda-feira, o bar do Hotel Nacional, parece uma Assembléia Geral dos Países Socialistas, Não Alinhados e Inimigos do Capitalismo: de um lado, três mongóis bebem vodca – vieram a Cuba estabelecer convênios agropecuários; no balcão, um diplomata búlgaro conversa com um jornalista romeno; três membros do Partido do Trabalho do Congo tomam daiquiri junto à porta esperando vagar uma mesa; junto com um guia cubano, um jurista do Vietnã do Norte tenta inutilmente falar espanhol*” (MORAES, 1985, p. 36-37). Os jornalistas brasileiros que visitavam Cuba surpreendiam-se ao escutar nas ruas de Havana, com uma certa frequência, palavras russas como *tovaritch* (camarada), *niet* (não) e outras, mescladas ao espanhol. Além das boas relações entre Cuba e o resto do mundo socialista, a historiografia brasileira ressaltava a influência exercida pela cultura da Europa Oriental em Cuba e discutia os benefícios advindos desta proximidade assim como os possíveis danos que a influência poderia causar ao país.

Ainda no campo das relações internacionais, o tipo de vínculo com os Estados Unidos, bem como o antiimperialismo cubano, aparecem como temáticas em todas as abordagens. Almir Matos, por exemplo, no livro publicado em 1961, recupera a história da ocupação imperialista, desde a Emenda Platt (1901), passando pelo íntimo relacionamento norte-americano com os ditadores Gerardo Machado e Fulgêncio Batista, até a invasão de Cuba em 1961, na praia Girón. Também aborda a resistência ao imperialismo como uma característica histórica do povo cubano. Jorge Escosteguy, quase 20 anos mais tarde, discutia o mesmo problema em um capítulo intitulado: “*As agruras de um socialismo a 90 milhas dos Estados Unidos*”. Escosteguy relacionava a resistência “*ao*

*boicote, às agressões, à invasão, à libreta, ao êxodo de técnicos e à propaganda imperialista*” ao apoio que o povo cubano forneceu ao processo revolucionário (ESCOSTEGUY, 1979, p. 28) e citava o refrão de uma *guaracha* de Carlos Puebla: “*Si a mi vecino no le gusta como yo vivo, pues que se mude, pues que se mude*” (ESCOSTEGUY, 1979, p. 99).

Florestan Fernandes tratava a questão do imperialismo em termos de “*situação neocolonial durável ou permanente*”, pressupondo dois aspectos conjugados: “*a desagregação do antigo sistema colonial e a frustração da emancipação nacional*”. Basicamente, Fernandes interpretava a evolução das relações de Cuba com os Estados Unidos da seguinte forma: “*A proximidade espacial e a facilidade com que os dinamismos da economia norte-americana especializaram Cuba, convertendo-a em uma feitoria agroindustrial moderna, impuseram aos Estados Unidos o problema político de como impedir a evolução nacional cubana e de como proceder para formalizar, diplomática e ‘legalmente’ (sob uma aparência de consenso), a satelização política de Cuba*” (FERNANDES, 1979, p. 37 e 39).

Numa abordagem posterior a 1979, ao discutir os processos revolucionários latino-americanos e suas conseqüências, Florestan Fernandes incorporava ao debate sobre a Revolução Cubana questões como: a incapacidade das elites dominantes cubanas em promover a “*descolonização completa*” e a presença de uma “*exploração capitalista dual*”, na qual as classes dominantes locais se unem às nações mais poderosas para uma “*brutal pilhagem sem fim*” (FERNANDES, 1981, p. 98). Sua análise remete ao problema da situação neocolonial de Cuba e do posicionamento da burguesia insular diante das condições concretas dos anos 1950. Para ele, a situação neocolonial cubana consolidou-se de modo mais acentuado do que nos demais países latino-americanos porque ao longo do processo de independência (1868/1895) a burguesia cubana recuara diante do “*risco provável de ter de levar a revolução mais longe*”. Isso resultou em posições antinacionais e reacionárias da burguesia, bem como numa aliança mais orgânica entre essa e os interesses dos Estados Unidos. Fernandes observava que a principal lição do processo cubano seria entender como é “*um erro pensar que a burguesia possa movimentar-se com certa liberdade através de uma possível ‘reforma do capitalismo’*”. (FERNANDES, 1981, p. 102). Ou melhor, segundo a visão de Florestan Fernandes, a Revolução Cubana constituiu-se como uma “*revolução em avanço, que tem de desagregar e destruir toda a ordem preexistente até ao fundo e até ao fim, para lançar as bases da formação e da evolução históricas de um novo padrão de civilização*” (FERNANDES, 1981, p. 104).

As características de revolucionária, de anticapitalista e de antiimperialista atribuídas por Florestan Fernandes à Revolução Cubana eram compartilhadas por outros autores. Porém, muitos deles, assim como o próprio Fernandes,

atribuíam o aprofundamento do processo revolucionário ao comportamento reativo da burguesia cubana e dos Estados Unidos, por um lado, e ao crescente radicalismo das classes populares, por outro.

Ainda no campo das relações internacionais, encontra-se o excelente trabalho desenvolvido pela socióloga Tania Quintaneiro. Publicado em 1988, o livro *“Cuba e Brasil: da Revolução ao Golpe (1959 – 1964). Uma interpretação sobre a política externa independente”* é fruto da dissertação de mestrado da professora, defendida em 1982, em Minas Gerais. Sua reflexão está direcionada para a política externa brasileira no período em questão e as condições criadas pela Revolução Cubana para um posicionamento internacional mais independente. Nas primeiras páginas de seu trabalho, Quintaneiro observa a desproporcionalidade entre a importância do processo para o Brasil e a escassez de estudos: *“Cuba passou então a fazer parte do cotidiano brasileiro. O papel catalizador que a revolução desempenhou na política brasileira, tanto em nível nacional, como o envolvimento de amplos setores sociais e políticos, quanto ao da definição das linhas diretrizes da política exterior, tem sido insuficientemente estudado”*. (QUINTANEIRO, 1988, p. 12).

A abordagem de Tania Quintaneiro é voltada para a recepção oficial da Revolução Cubana, sobretudo no que diz respeito ao Itamarati e às relações internacionais estabelecidas neste período e em função do episódio externo. Observa, por exemplo, que durante o governo Jânio Quadros, o posicionamento internacional do Brasil apresentava clara inclinação terceiro-mundista, contrariando relativamente o esquema de alinhamento automático com os Estados Unidos e decidindo pela não intervenção em Cuba. Esse posicionamento modificou-se com a ruptura das relações diplomáticas e consulares com o governo de Fidel Castro em 1964 e com o apoio dado à decisão tomada na IX Reunião de Chanceleres, convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), de condenar o regime cubano (QUINTANEIRO, 1988, p. 13 e 14). Enquanto na primeira fase estavam em jogo as perspectivas desenvolvimentista e nacionalista dos governos populistas no Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, a política externa brasileira esteve fortemente permeada pela Doutrina de Segurança Nacional e pela noção de contra-insurgência, na qual Cuba era considerada como pivô do problema.

Quintaneiro ressalta, também, a importância atribuída aos problemas de relações internacionais gerados pela Revolução Cubana e seus desdobramentos: *“Mesmo que as atitudes do Presidente (Jânio Quadros) pudessem ser caracterizadas pelo personalismo, pela ousadia e extravagância, sua renúncia não pode ser interpretada apenas como consequência de um “estilo”, senão também, como resultado da campanha contra a política externa de seu governo, campanha esta que encontrou na homenagem a Guevara, o mise-em-scène perfeito*

*para a finalização do drama*". (QUINTANEIRO, 1988, p. 59). Seu estudo está evidentemente mais centrado na recepção da Revolução Cubana por parte dos ministros de relações internacionais, de políticos da direita e do posicionamento dos governantes brasileiros em relação ao episódio, embora a recepção por parte da esquerda tenha sido brevemente analisada.

O artigo de Emir Sader, intitulado "*Cuba no Brasil: influência da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira*" aborda especificamente o tema da recepção da Revolução Cubana pela esquerda brasileira e latino-americana: "... *nenhum país do continente passou incólume pelo surgimento da Revolução Cubana, e provavelmente a história das esquerdas de cada país tenha nele um marco decisivo em sua trajetória*". Caracterizava o período de eclosão da Revolução Cubana como um período particularmente propício aos processos de recepção, devido à crise do capitalismo na América Latina (discussões sobre questão agrária, dependência externa, deterioração das políticas públicas, esgotamento do populismo e extensão dos regimes ditatoriais). Emir Sader considerava a existência de condições relativamente homogêneas em todo o subcontinente. (SADER, 1991, p. 160-161).

No texto, o autor elaborou uma série de elementos para entender qual o perfil da Revolução Cubana que aportou no Brasil: "*representou a atualização da revolução para a esquerda brasileira*" (167); "*legitimação da heterodoxia política e ideológica*" (168); "*articulação entre anticapitalismo e antiimperialismo, ruptura com Estados Unidos*" (168); "*estratégia da guerra de guerrilha baseada no campo*" (169); "*incorporação da dimensão de "solidariedade internacional"*" (169); "*ética da dedicação revolucionária, sacrifício da própria vida...*" (171); "*ênfase no papel da vanguarda*" (171).

Segundo ele, alguns outros aspectos deram forma à imagem da Revolução para a esquerda brasileira, entre eles, a campanha de erradicação do analfabetismo, o sistema educacional cubano, retratado fartamente por livros sobre o assunto, a reforma agrária e a reforma urbana, temas caros à esquerda continental, afirmação da independência de Cuba diante dos Estados Unidos; os sucessos nos planos esportivo, artístico e cultural (SADER, 1991, p. 172).

O próprio Sader incorporou a idéia de heroísmo e de sacrifício, já mencionadas anteriormente, mas ressaltava que Cuba passou a ser vista de modo heróico por resolver de forma radical os problemas comuns a todos os países latino-americanos, sobretudo aqueles problemas reclamados de modo mais insistente pela esquerda subcontinental.

Sader desenvolveu, ainda que brevemente, uma "cronologia da recepção" a partir de dois aspectos: a aquisição de uma identidade própria, por parte da Revolução Cubana, que diz respeito às mudanças internas que vão ocorrendo na ilha conforme são travadas as lutas políticas no país e internacionais; o segundo

aspecto diz respeito às transformações do processo político brasileiro e da esquerda no Brasil, sobre a qual a influência da Revolução Cubana operou conforme a conjuntura específica. Nesta cronologia, Sader tentou estabelecer quais os efeitos políticos da recepção da Revolução Cubana nos partidos e organizações de esquerda, conforme o desenrolar do próprio processo revolucionário cubano e as disputas travadas no Brasil. Os períodos estabelecidos por Sader são: - da eclosão da Revolução Cubana, em 1959, até o Golpe Militar de 1964, no Brasil; - dos anos 1970 até meados dos anos 1980; - de meados dos anos 1980, mais especificamente quando do restabelecimento de relações diplomáticas entre Cuba e Brasil, em 1985, e os desdobramentos da *Perestroika*, até os anos 1990.

Segundo a visão de Emir Sader nesse artigo, “Cuba significou para a esquerda brasileira, desde seu surgimento como processo revolucionário, a referência socialista mais importante.” ... “Cuba segue sendo um tema polêmico dentro da esquerda e no cenário ideológico mais geral da sociedade brasileira. As mentiras do silêncio em relação aos desenvolvimentos sem precedentes no plano social que o socialismo tornou possível em Cuba fazem com que o debate seja inevitavelmente apaixonado” e “Daí a dificuldade de avaliação de uma influência que tem sido poderosa no transcurso de mais de três décadas e que nada leva a crer que deixe de continuar assim nas décadas seguintes” (SADER, 1991, p. 181 e 183).

Numa pesquisa recente, publicada em 2001, a historiadora Denise Rollemberg trata de uma temática particularmente interessante no campo das influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira. Trata-se de “*O Apoio de Cuba à luta Armada no Brasil. O treinamento guerrilheiro*”. Ela explora muito pouco a rica documentação disponível, mas contribui para desvendar alguns dos episódios mais obscuros da ditadura brasileira, como, por exemplo, o extermínio do Grupo dos 28 (ou Grupo da Ilha ou Grupo Primavera), uma cisão do III Exército da Aliança Libertadora Nacional (ALN): “*A volta dos guerrilheiros do Grupo da Ilha foi dramática. À medida que chegavam, eram rapidamente pegos pela repressão e, em muito pouco tempo, o MOLIPO foi massacrado. Eram mortes anunciadas. Se a repressão havia condenado todos os militantes que treinavam em Cuba à morte, no caso do Grupo dos 28 parece ter havido uma determinação ainda maior para dizimá-lo*” (ROLLEMBERG, 2001, p. 59).

Rollemberg ainda destaca a importante influência exercida por Cuba nas Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, evidenciando que a opção pela luta armada não foi exclusiva do período pós-1964 ou se constituiu sempre como uma reação ao regime repressivo. Também traz à luz, através dos depoimentos de ex-militantes e combatentes, o papel exercido por algumas lideranças nacionalistas, como Leonel Brizola, por exemplo, que segundo ela pretendia “*reeditar a experiência cubana no Brasil*”, através do Movimento Nacional-

ista Revolucionário (MNR), uma organização que não chegou a se consolidar. (ROLLEMBERG, 2001, p. 29).

O texto de Denise Rollemborg, bem como os trabalhos mencionados de Emir Sader, Tânia Quintaneiro e Florestan Fernandes são fruto de pesquisa em fontes primárias e/ou de reflexão acadêmica, interpretações da realidade cubana e brasileira que vão além de impressões jornalísticas ou memórias de viagens. Isso não desqualifica o trabalho dos jornalistas que se aventuravam na descrição do episódio, mas coloca outro patamar na recepção da Revolução Cubana no Brasil. Significa, em primeiro lugar, que a partir de meados dos anos 1980, as ciências sociais brasileiras, particularmente historiadores e sociólogos puderam pesquisar e refletir sobre a Revolução Cubana, interpretando-a como um processo e não apenas como um episódio. Não foi necessariamente o distanciamento temporal que permitiu essas interpretações, mas sobretudo as mudanças na conjuntura brasileira, a distensão da ditadura e a possibilidade de acesso a arquivos e a pessoas que estiveram em Cuba (em treinamento, por exemplo) que propiciaram condições mais favoráveis à produção científica.

A segunda observação diz respeito ao fato de que essa produção acadêmica tem como foco as relações entre Cuba e a América Latina, especialmente Brasil. Esses pesquisadores estudaram um episódio internacional para entender questões relativas ao desenvolvimento das idéias socialistas no Brasil, à posição de independência assumida no âmbito das relações internacionais, às perspectivas desenvolvimentistas e nacionalistas da burguesia brasileira e aos problemas e obstáculos vividos pela esquerda brasileira no período da ditadura militar. Evidentemente trata-se de um posicionamento teórico, mas também deve-se ressaltar a semelhança entre aquelas análises jornalísticas e essas outras, acadêmicas, no que se refere ao fato de que ambas pretenderam, de um modo ou de outro, entender como aquele episódio ou processo cubano podia transformar a vida e a sociedade em que viviam.

A produção intelectual e acadêmica brasileira sobre Cuba tentou, ao longo da sua história, entender seus possíveis efeitos nas lutas sociais do Brasil. As interrogações acerca do futuro e das perspectivas revolucionárias da ilha estiveram sempre envolvidas pelas inquietudes acerca do futuro nacional e das expectativas geradas a partir das influências da Revolução Cubana.

Atualmente a produção sobre a Revolução Cubana no Brasil está concentrada nos Programas de Pós Graduação das Universidades brasileiras e aborda uma gama muito variada de temas, onde sobressai a preocupação com a persistência do regime, do socialismo e as transformações econômicas e políticas sofridas pelo país após a queda do socialismo. Destacam-se “*Cuba e o dia posterior: a polêmica dos intelectuais em torno ao destino do socialismo na ilha*”, de Idália Morejón Arnaiz; “As tensões entre criação artística e ideologia na produção

teatral cubana dos últimos quarenta anos”, de Guillermo Loyola Ruiz, ambos da USP, SP, apresentados no VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha (ANPHLAC) em julho de 2004; e a dissertação de Mestrado, defendida em julho de 2004 na PUC, RS, por Roselena Leal Colombo, intitulada “*Cuba – Colapso do Leste Europeu: Reinserção Internacional e Reformas Estruturais na Revista Economia y Desarrollo – (1996-2000)*”. Por enquanto, esses estudos compõem um pequeno mosaico de preocupações de jovens pesquisadores brasileiros a respeito de Cuba. Mas podem revelar, sobretudo, o permanente interesse dos intelectuais brasileiros por esse pequeno país e pelo seu destino.

## NOTA

A pesquisa que resultou neste artigo teve como auxiliares os historiadores Clarissa Brasil, Davi Ruschel e Fernanda Tondolo Martins.

## Bibliografia consultada

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar editor, 2004.
- BAMBIRRA, Vania. *Cuba: 20 anos de cultura*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- BARSOTTI, Paulo & FERRARI, Terezinha. *A propósito de Cuba e da Revolução* in BARSOTTI, P. & PÉRICAS, L. B. *América Latina. História, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 131 – 150.
- BETTO, Frei et all. *Guia de Cuba*. São Paulo: JJJ Ed., 1987.
- BLANCO, Abelardo & DÓRIA, Carlos A. *Revolução Cubana de José Martí a Fidel Castro (1868-1959)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Cuba de Fidel. Viagem à ilha proibida*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1978.
- DEBRAY, Régis. *A Revolução na Revolução*. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, 1967.
- DUTRA, Hélio. *Querida Ilha*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1991, 2ª edição.
- ESCOSTEGUY, Jorge. *Cuba hoje: 20 anos de Revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz ed., 1979.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- HARNECKER, Marta. *Cuba: democracia ou ditadura*. São Paulo: Global, 1970.
- HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Cultura e participação nos anos 1960*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- HOHLFELDT, Antônio. *Cuba. Da agricultura às Artes Plásticas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LABAKI, Almir. *O olho da revolução. O cinema urgente de Santiago Alvarez*. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- LEAL COLOMBO, Roselena. “Cuba – colapso do leste europeu: Reinserção Internacional e Reformas Estruturais na Revista Economia y Desarrollo – (1996-2000)”, Dissertação de Mestrado, PUC, RS, Porto Alegre, 2004.
- LOYOLA RUIZ, Guillermo. “As tensões entre criação artística e ideologia na produção teatral cubana dos últimos quarenta anos” in Caderno de resumos do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha (AN-PHLAC) em julho de 2004.
- MATOS, Almir. *Cuba: A Revolução na América*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.
- MORAES, Fernando. *A Ilha. Um repórter no país de Fidel Castro*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1985, 22ª edição.
- MOREJÓN ARNAIZ, Idália. “Cuba e o dia posterior: a polêmica dos intelectuais em torno ao destino do socialismo na ilha” in Caderno de resumos do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-americana e Caribenha (ANPHLAC) em julho de 2004.
- NEPOMUCENO, Eric. *Cuba: anotações sobre uma revolução*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da Revolução ao Golpe (1959-1964). Uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. Treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Moderna, 1985.
- SADER, Emir. “Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira” in AARÃO REIS FILHO, Daniel. *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, volume 1, p.
- SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992.
- SARTRE, Jean Paul. *Furacão sobre Cuba*. Porto Alegre: Editora do Autor, 1961.
- TASCA, Ivaldino & PÉREZ, Ricardo. *Cuba não briga com o cozinheiro: revolução 40 anos*. Passo Fundo: Editora Aldeia Sul, 1999.
- ZAGURI, Tania. *A Escola em Cuba*. São Paulo: Brasiliense, 1988.